

Nesta semana não haverá sessões no Plenário e nem nas comissões da Câmara e Senado, devido ao feriado da Semana Santa.

Partidos anunciam formação do maior bloco da Câmara, com 142 Deputados Federais

Cinco partidos anunciaram a formação de um bloco para atuação conjunta na Câmara dos Deputados. O grupo totaliza 142 parlamentares, e será o maior da Casa. Formado por MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PSC, o bloco reúne partidos aliados ao governo de Lula (PT) e partidos que haviam declarado independência ou sinalizado oposição.

PDT e PSB formarão bloco com 31 deputados na Câmara

O PDT e o PSB acertaram a formação de um bloco na Câmara. Serão 31 deputados na bancada unificada – 17 pedetistas e 14 socialistas.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Na Câmara, lideranças indígenas de todo o país pedem a derrubada urgente do marco temporal

Ao longo da última semana, cerca de 200 indígenas – de mais de 20 povos – desembarcaram na capital federal com objetivos em comum: reivindicar a demarcação de seus territórios e a proteção de direitos, assegurados pela Constituição Federal. As delegações estão participando, desde o dia 27 de março, de uma série de agendas nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A iniciativa conta com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Comissão da AM e dos Povos Originários e Tradicionais

A convite da presidenta da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, a Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG), mais de cem lideranças indígenas – do Pantanal, Cerrado, Amazônia, Pampa e Caatinga – ocuparam o Auditório Nereu Ramos, da Câmara Federal, na tarde do dia 29/3. Na ocasião, foram partilhadas as principais lutas enfrentadas nos territórios. Mas aconteceram, também, pedidos para que proposições contrárias aos direitos originários que tramitam nos Três Poderes sejam, definitivamente, derrubadas. Apesar de estar em julgamento na Suprema Corte, o marco temporal também aparece em outras esferas de Poder: no Executivo, por meio do Parecer nº 001/2017, da Advocacia-Geral da União (AGU), ainda não revogado; e no Legislativo, através do Projeto de Lei n. 490/2007.

Pacheco determina instalação de comissões mistas para as MP's

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, confirmou, após reunião de líderes no dia 30/3, que determinou a instalação das comissões mistas para análise das medidas provisórias (MPs), conforme o estabelecido na Constituição.

IBAMA relata ações contra garimpo em terra Yanomami

Com o novo governo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) já passou a ter uma atuação permanente e efetiva, cumprindo decisões judiciais de se combater o garimpo ilegal nas Terras Indígenas

(TIs), tanto a dos Yanomami quanto as outras, disse o diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, Jair Schmitt. Ele foi ouvido no dia 30/3 na Comissão Temporária Externa do Senado, que acompanha a situação de crise humanitária vivida pelos Yanomami e a saída do garimpo ilegal de suas terras. Schmitt apresentou aos Senadores que, já em 2023, no início do governo Lula, o órgão fez 52 autos de infração, com multas aos criminosos que chegam a R\$ 28,7 milhões. Foram feitas 77 apreensões, 53 termos de destruição e três demolições. Foram apreendidas aeronaves, embarcações e balsas usadas pelos invasores em 285 acampamentos desativados, além da inutilização de dois portos logísticos.

Genebra

Dário Vitório Kopenawa participou, no dia 29/3, da 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça. Dário Kopenawa destacou a morte de quase 600 crianças Yanomami ocorridas durante os quatro anos do governo anterior, e pediu ajuda internacional para apoiar o governo brasileiro – que decretou, no final de janeiro, emergência em saúde pública, a chegar de forma célere a comunidades Yanomami mais distantes para o atendimento à saúde. Ele também pediu apoio para a retirada imediata do garimpo de dentro do território.

Receita Federal vai exigir o uso de notas fiscais eletrônicas

Uma determinação da Receita Federal deve fechar um dos principais buracos da cadeia do ouro no Brasil, pela qual, hoje, o minério extraído ilegalmente de garimpos proibidos entra facilmente no mercado for-

mal. Na semana passada, a Receita instituiu a obrigatoriedade do uso de notas fiscais eletrônicas nas transações de compra e venda de ouro por companhias que comercializam o minério como ativo financeiro ou instrumento cambial. A decisão vem meses depois de o governo Lula declarar emergência em saúde na Terra Indígena Yanomami, onde o garimpo provocou uma crise sanitária e humanitária que, nos últimos quatro anos, vitimou mais de 500 crianças indígenas. Até a determinação da Receita, o ouro extraído pelo garimpo ilegal era comercializado com notas fiscais em papel, praticamente inviabilizando o rastreamento e o controle por parte das autoridades. A nota fiscal eletrônica é um passo para a instituição de maior controle, especialmente sobre a primeira compra do ouro que sai dos garimpos e é adquirido por instituições autorizadas pelo Banco Central. Embora não resolva todos os problemas, entendemos que já é um começo.

Desintrusão – FUNAI pede medidas urgentes para proteção territorial Yanomami

A presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Joênia Wapichana, apontou medidas urgentes para a Terra Indígena Yanomami, no dia 29/3, em audiência pública com a comissão do Senado que acompanha ações na região. Na oportunidade, a presidente pediu proteção territorial, desintrusão de garimpeiros e aplicação correta de recursos. O evento teve como tema “A visão do Poder Executivo Federal sobre a crise na Terra Indígena (TI) Yanomami: causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo”. Ao longo da audiência, Joênia apresentou o aumen-

to das invasões na TI e das áreas de garimpo, além da desestruturação da assistência de saúde indígena, falta de políticas públicas para a proteção desses povos e as causas dessa “tragédia anunciada”.

Indígenas rejeitam visita de senadores à Terra Yanomami

A Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA) é frontalmente contrária a que a Comissão Temporária Externa do Senado, que acompanha a crise humanitária que atinge a etnia, visite a Terra Yanomami. A ida está marcada para a segunda semana de abril. Para os líderes da comunidade, o colegiado é formado, na maioria, por parlamentares ligados ao garimpo ilegal, responsável pelo cenário de violência,

desnutrição e morte entre os indígenas. Segundo a AYRCA, para entrar na área é necessário que haja autorização do fórum de lideranças — que não está disposto a permitir que os parlamentares façam a visita. A posição da associação se une à rejeição manifestada pela associação Yanomami Urihi, que criticou a ida do senador Chico Rodrigues (PSB-RR), presidente da Comissão, à reserva, em fevereiro. Ele esteve na Terra Yanomami sem autorização das lideranças e do governo federal, a pretexto de ver de perto as condições da etnia. De acordo com a Urihi, a presença de Rodrigues foi considerada “indesejada e desrespeitosa”. “Não aceitaremos a presença desses transgressores dentro do nosso território sagrado”.